



**DESENVOLVE SP**   
Agência de Desenvolvimento Paulista

**DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS**  
31 DE DEZEMBRO DE 2017

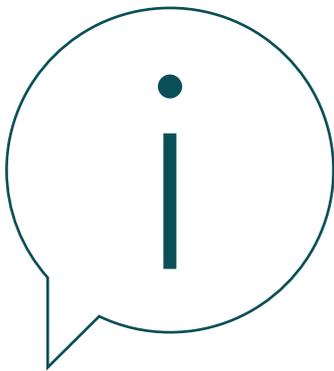


## CONTEÚDO

▲ Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
▲ Balanços patrimoniais	7
▲ Demonstrações do resultado	8
▲ Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
▲ Demonstrações dos fluxos de caixa	11
▲ Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	12

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.**  
São Paulo - SP



## OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da **Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.** (“**Desenvolve SP**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenvolve SP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Desenvolve SP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

# PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PCLD

Conforme mencionado nas notas explicativas 6, as demonstrações contábeis incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 65.322 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), através da Resolução 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo “AA” para risco mínimo e “H” para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da Desenvolve SP. Devido à relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa na provisão para crédito de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria.

## COMO NOSSA AUDITORIA CONDUZIU ESSE ASSUNTO

Nós avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles chaves e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA à H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução 2.682/99, bem como a adequada divulgação nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio de procedimentos acima resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para créditos de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Conforme nota explicativa Nº 12, foram constituídos créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 42.297 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Devido à relevância do saldo e à utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria.

## COMO NOSSA AUDITORIA CONDUZIU ESSE ASSUNTO

Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição dos créditos tributários, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

# OUTROS ASSUNTOS

## AUDITORIA CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, com relatório datado de 22 de fevereiro de 2017, sem modificação.

## OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da **Desenvolve SP** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Desenvolve SP** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Desenvolve SP** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e administração da **Desenvolve SP** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Desenvolve SP;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Desenvolve SP. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Desenvolve SP a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1

**Paulo Sergio Barbosa**  
Contador CRC 1 SP 120359/O-8

**DESENVOLVE SP**  
Agência de Desenvolvimento Paulista

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2017	31.12.2016	Passivo	Nota	31.12.2017	31.12.2016
<b>Circulante</b>		<b>417.037</b>	<b>346.254</b>	<b>Circulante</b>		<b>166.185</b>	<b>117.556</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>5</b>	<b>72.074</b>	<b>33.457</b>	<b>Depósitos</b>		<b>66</b>	<b>52</b>
Carteira própria		72.074	33.457	Depósitos vinculados		66	52
<b>Operações de crédito</b>	<b>6</b>	<b>280.246</b>	<b>247.840</b>	<b>Obrigações por repasses do País</b>			
Setor público		89.237	93.538	<b>Instituições oficiais</b>	<b>8</b>	<b>107.884</b>	<b>76.297</b>
Setor privado		211.451	176.796	BNDES		70.260	40.252
(Provisão para operações de crédito)		(20.442)	(22.494)	FINAME		26.499	32.397
				FINEP		11.125	3.648
<b>Outros créditos</b>		<b>21.254</b>	<b>28.921</b>	<b>Outras obrigações</b>		<b>58.235</b>	<b>41.207</b>
Créditos tributários	<b>12</b>	20.670	28.387	Cobrança e arrecadação de tributos		267	62
Rendas a receber		340	264	Obrigações sociais e estatutárias	<b>9</b>	20.967	14.716
Diversos		244	270	Obrigações fiscais e previdenciárias	<b>9</b>	4.497	16.709
<b>Outros valores e bens</b>		<b>43.463</b>	<b>36.036</b>	Recursos para destinação específica	<b>9</b>	24.942	3.012
Bens não de uso próprio		43.472	35.997	Diversos	<b>9</b>	7.562	6.708
(Provisão para desvalorização)		(39)	-				
Despesas antecipadas		30	39				
<b>Não circulante</b>		<b>1.172.276</b>	<b>1.130.560</b>	<b>Não circulante</b>		<b>398.157</b>	<b>341.021</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos</b>	<b>5</b>	<b>335.603</b>	<b>276.370</b>	<b>Obrigações por repasses do País</b>			
Carteira própria		337.904	281.275	<b>Instituições oficiais</b>	<b>8</b>	<b>392.331</b>	<b>333.431</b>
(Provisões para desvalorizações)		(2.301)	(4.905)	BNDES		245.253	204.920
<b>Operações de crédito</b>	<b>6</b>	<b>815.046</b>	<b>831.638</b>	FINAME		67.229	82.027
Setor público		172.231	224.503	FINEP		79.849	46.484
Setor privado		687.695	650.756	<b>Outras obrigações</b>		<b>5.826</b>	<b>7.590</b>
(Provisão para operações de crédito)		(44.880)	(43.621)	Obrigações fiscais e previdenciárias	<b>9</b>	157	149
<b>Outros créditos</b>		<b>21.627</b>	<b>22.552</b>	Recursos para destinação específica	<b>9</b>	5.090	6.885
Créditos tributários	<b>12</b>	21.627	22.552	Diversos	<b>9</b>	579	556
<b>Permanente</b>	<b>7</b>	<b>35.192</b>	<b>36.025</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>10</b>	<b>1.060.163</b>	<b>1.054.262</b>
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>31.816</b>	<b>32.407</b>	Capital social		1.000.000	1.000.000
Imóveis de uso		31.761	31.761	Ações ordinárias - País		1.000.000	1.000.000
Outras imobilizações de uso		1.687	1.748	Reservas de lucros		60.163	54.262
(Depreciações acumuladas)		(1.632)	(1.102)				
<b>Intangível</b>		<b>3.376</b>	<b>3.618</b>				
Outros ativos intangíveis		5.142	5.142				
(Amortização acumulada)		(1.766)	(1.524)				
<b>Total do ativo</b>		<b>1.624.505</b>	<b>1.512.839</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>1.624.505</b>	<b>1.512.839</b>

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre de 2017	2017	2016
Receitas da intermediação financeira		76.996	171.532	181.150
Operações de crédito	6	64.936	127.638	144.556
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		12.060	43.894	36.594
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(33.196)</b>	<b>(55.014)</b>	<b>(71.432)</b>
Operações de empréstimos e repasses		(16.542)	(31.657)	(26.700)
Provisão para operações de crédito	6	(16.654)	(23.357)	(44.732)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>43.800</b>	<b>116.518</b>	<b>109.718</b>
Outras receitas/despesas operacionais		(23.851)	(50.270)	(52.524)
Receitas de prestação de serviços	11	1.893	3.527	5.828
Rendas de tarifas bancárias		2.675	4.476	2.847
Despesas de pessoal	11	(18.009)	(35.660)	(35.550)
Outras despesas administrativas	11	(7.805)	(16.407)	(19.730)
Despesas tributárias	11	(2.930)	(6.622)	(7.803)
Outras receitas operacionais	11	472	940	2.950
Outras despesas operacionais		(147)	(524)	(1.066)
<b>Resultado operacional</b>		<b>19.949</b>	<b>66.248</b>	<b>57.194</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>116</b>	<b>78</b>	<b>-</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>20.065</b>	<b>66.326</b>	<b>57.194</b>
Imposto de renda e contribuição social		(3.182)	(16.577)	(19.268)
Provisão para imposto de renda	12	(1.648)	(4.080)	(12.724)
Provisão para contribuição social	12	(1.482)	(3.400)	(10.726)
Ativo fiscal diferido	12	(52)	(9.097)	4.182
<b>Participações estatutárias no lucro</b>		<b>(1.724)</b>	<b>(3.027)</b>	<b>(2.459)</b>
<b>Lucro líquido</b>		<b>15.159</b>	<b>46.722</b>	<b>35.467</b>
Juros sobre capital próprio	10	(13.566)	(27.131)	(20.004)
<b>Lucro por ação (R\$)</b>	<b>10</b>	<b>0,01516</b>	<b>0,04672</b>	<b>0,03547</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Total
	Capital realizado	Legal	Especial de lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	
Saldos em 01/01/2016	1.000.000	11.117	27.682	-	1.038.799
Lucro líquido do período	-	-	-	35.467	35.467
Destinações:					
Reservas	-	1.773	13.690	(15.463)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(20.004)	(20.004)
Saldos em 31/12/2016	1.000.000	12.890	41.372	-	1.054.262
Mutações do período	-	1.773	13.690	-	15.463
Saldos em 01/01/2017	1.000.000	12.890	41.372	-	1.054.262
Lucro líquido do período	-	-	-	46.722	46.722
Destinações:					
Reservas	-	2.336	17.255	(19.591)	-
Dividendos	-	-	(13.690)	-	(13.690)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(27.131)	(27.131)
Saldos em 31/12/2017	1.000.000	15.226	44.937	-	1.060.163
Mutações do período	-	2.336	3.565	-	5.901
Saldos em 01/07/2017	1.000.000	14.468	44.102	-	1.058.570
Lucro líquido do período	-	-	-	15.159	15.159
Destinações:					
Reservas	-	758	835	(1.593)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(13.566)	(13.566)
Saldos em 31/12/2017	1.000.000	15.226	44.937	-	1.060.163
Mutações do período	-	758	835	-	1.593

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre de 2017	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações		20.065	66.326	57.194
<b>Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações</b>		<b>17.685</b>	<b>21.917</b>	<b>47.855</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		16.654	23.357	44.732
Depreciação e amortização		434	914	1.578
Provisão para desvalorização de títulos livres		538	(2.604)	1.018
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		-	39	-
Provisão para passivos contingentes		59	211	527
<b>Lucro ajustado antes dos impostos e participações</b>		<b>37.750</b>	<b>88.243</b>	<b>105.049</b>
<b>Variação ativo/passivo</b>		<b>4.446</b>	<b>(23.703)</b>	<b>(24.793)</b>
(Aumento)/redução em TVM		(51.663)	(65.913)	50.313
(Aumento)/redução operações de crédito		5.954	(39.171)	(78.297)
(Aumento)/redução outros créditos		697	8.592	(3.943)
(Aumento)/redução outros valores e bens		(7.495)	(7.466)	(321)
Aumento/(redução) depósitos		14	14	5
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses		40.489	90.487	45.732
Aumento/(redução) outras obrigações		19.166	9.528	(6.793)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.716)	(19.774)	(31.489)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>42.196</b>	<b>64.540</b>	<b>80.256</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado de uso		(16)	(82)	(31.792)
Aplicações no intangível		-	-	(15)
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>		<b>(16)</b>	<b>(82)</b>	<b>(31.807)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Dividendos pagos de exercício anterior		-	(13.690)	(9.658)
Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior		-	(13.372)	(9.037)
Juros sobre o capital próprio pagos	10	(4.818)	(8.063)	(6.632)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>		<b>(4.818)</b>	<b>(35.125)</b>	<b>(25.327)</b>
<b>Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>37.362</b>	<b>29.333</b>	<b>23.122</b>
<b>Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa</b>				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		25.428	33.457	10.335
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	62.790	62.790	33.457
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				
<b>Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>37.362</b>	<b>29.333</b>	<b>23.122</b>

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(EM MILHARES DE REAIS)

## 1- CONTEXTO OPERACIONAL

A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

As operações são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras, podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

- i. Fundos governamentais;
- ii. Orçamento estadual;
- iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

## 2- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional (“CMN”).

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, foram adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, quais sejam:

	Pronunciamento Técnico	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	15/12/11	Framework	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	7/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	7/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	7/10/10	IAS 24	3.750/09
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15

Com exceção dos pronunciamentos Pagamento Baseado em Ações e Benefícios a Empregados, todos os demais recepcionados pelo Banco Central do Brasil demandaram adequações na elaboração das Demonstrações Contábeis da Instituição, na data da entrada em vigor dos referidos pronunciamentos.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

Em 23/02/2018, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Contábeis da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

## 3- PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### A) Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

### B) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

### C) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

### D) Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito

#### D1. Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

#### D2. Provisão para perdas em operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA – H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito de clientes adimplentes são revisadas.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

#### D3. Renegociações

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

**E) Outros Valores e Bens**

Compostos por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem, e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios ocorrerão em exercícios futuros.

**F) Ativo permanente**

O ativo permanente é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos ativos. Terrenos não são depreciados.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

**G) Tributos**

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ( 20% )	20%
Programa de Integração Social – PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Desenvolve SP optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Com o advento da Instrução Normativa nº 1.591, de 5 de novembro de 2015, a alíquota da contribuição social aplicável sobre o lucro real foi alterada de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na Nota 12 b.

**H) Demais ativos e passivos**

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

**I) Contingências**

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

## 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2017	31.12.2016
Cotas de Fundo de Renda Fixa	62.790	33.457
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>62.790</b>	<b>33.457</b>

## 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

### A) Composição da carteira

	31.12.2017		31.12.2016	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.284	287.816	-	253.316
Cotas de Fundos de Renda Fixa	62.790	-	33.457	-
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	48.563	-	26.850
Cotas de Fundos Garantidores de Op. de Crédito	-	1.525	-	1.109
(-) Provisões para Desvalorizações	-	(2.301)	-	(4.905)
<b>Total</b>	<b>72.074</b>	<b>335.603</b>	<b>33.457</b>	<b>276.370</b>

As Cotas do Fundo de Renda Fixa, Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

### B) Cotas de fundos de investimento em participações

Estas aplicações são administradas por instituições privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data base do balanço. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estavam assim compostas:

Fundo	31.12.2017			31.12.2016		
	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado/Contábil	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado/Contábil
Inovação Paulista (FIP)	25.000	15.840	20.725	25.000	8.859	6.857
BBI Financeira I (FIP)	10.000	7.880	14.168	10.000	7.340	6.437
CRP Empreendedor (FIP)	10.000	5.241	5.420	10.000	5.208	4.627
Aeroespacial (FIP)	10.000	4.113	4.593	10.000	3.698	3.178
Performa Investimentos SC - I (FIP)	2.000	1.825	1.356	2.000	1.745	991
<b>Total</b>	<b>57.000</b>	<b>34.899</b>	<b>46.262</b>	<b>57.000</b>	<b>26.850</b>	<b>22.090</b>

## 6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

### A) Carteira por modalidade

	31.12.2017			31.12.2016		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Financiamentos	163.647	647.867	811.514	162.547	643.433	805.980
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	83.370	166.320	249.690	87.814	214.094	301.908
Empréstimos	53.597	45.607	99.204	19.896	17.534	37.430
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	74	132	206	77	198	275
<b>Total da Carteira de Crédito</b>	<b>300.688</b>	<b>859.926</b>	<b>1.160.614</b>	<b>270.334</b>	<b>875.259</b>	<b>1.145.593</b>
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(20.442)	(44.880)	(65.322)	(22.494)	(43.621)	(66.115)
<b>Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões</b>	<b>280.246</b>	<b>815.046</b>	<b>1.065.292</b>	<b>247.840</b>	<b>831.638</b>	<b>1.079.478</b>

### B) Receitas de operações de crédito

	2º Sem/2017	31.12.2017	31.12.2016
Financiamentos	33.678	70.492	90.288
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	12.596	29.591	42.444
Empréstimos	8.287	13.858	7.887
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	10.371	13.688	3.925
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4	9	12
<b>Total</b>	<b>64.936</b>	<b>127.638</b>	<b>144.556</b>

### C) Carteira por setor de atividade econômica

	31.12.2017	Participação	31.12.2016	Participação
<b>Setor Público</b>	<b>261.468</b>	<b>23%</b>	<b>318.041</b>	<b>28%</b>
Administração Direta	258.289	22%	311.824	27%
Atividades Empresariais	3.179	1%	6.217	1%
<b>Setor Privado</b>	<b>899.146</b>	<b>77%</b>	<b>827.552</b>	<b>72%</b>
Outros serviços	555.114	48%	528.441	46%
Indústria	259.325	22%	238.714	21%
Comércio	70.441	6%	42.540	4%
Pessoas Físicas	14.143	1%	17.857	1%
Rural	123	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.160.614</b>	<b>100%</b>	<b>1.145.593</b>	<b>100%</b>

## D) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

	Operações em Curso Normal									31.12.2017	31.12.2016
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
<b>Parcelas Vincendas</b>	575.356	151.381	171.581	124.842	30.465	6.948	9.497	13.848	20.631	1.104.549	1.111.917
01 a 30	15.004	3.290	3.268	1.904	724	173	163	280	800	25.606	24.393
31 a 60	13.886	14.829	2.760	1.792	594	139	152	257	865	35.274	23.560
61 a 90	13.020	3.112	2.821	1.889	588	138	151	256	656	22.631	20.687
91 a 180	39.225	9.814	8.406	6.129	1.388	412	457	802	2.170	68.803	62.625
181 a 360	71.562	18.642	16.089	12.739	3.081	809	911	1.635	3.898	129.366	121.126
Acima de 360	422.659	101.694	138.237	100.389	24.090	5.277	7.663	10.618	12.242	822.869	859.526
<b>Parcelas Vencidas</b>	-	419	919	697	813	45	122	278	223	3.516	3.039
01 a 30	-	419	916	664	574	34	102	196	217	3.122	2.708
31 a 60	-	-	3	33	239	11	20	82	6	394	331
<b>Subtotal</b>	575.356	151.800	172.500	125.539	31.278	6.993	9.619	14.126	20.854	1.108.065	1.114.956
	Operações em Curso Anormal <sup>(a)</sup>									31.12.2017	31.12.2016
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
<b>Parcelas Vincendas</b>	-	-	-	10.907	4.913	13.213	13.550	901	3.569	47.053	24.921
01 a 30	-	-	-	117	284	213	28	65	141	848	876
31 a 60	-	-	-	116	286	212	43	65	140	862	908
61 a 90	-	-	-	116	283	207	11	64	140	821	895
91 a 180	-	-	-	350	848	623	76	193	391	2.481	2.496
181 a 360	-	-	-	698	1.697	1.213	685	134	557	4.984	4.012
Acima de 360	-	-	-	9.510	1.515	10.745	12.707	380	2.200	37.057	15.734
<b>Parcelas Vencidas</b>	-	-	-	710	870	1.539	572	411	1.394	5.496	5.716
01 a 30	-	-	-	117	313	212	29	64	141	876	977
31 a 60	-	-	-	201	325	216	356	65	213	1.376	1.023
61 a 90	-	-	-	215	224	218	11	65	148	881	1.064
91 a 180	-	-	-	177	8	597	149	173	412	1.516	1.618
181 a 360	-	-	-	-	-	296	27	44	449	816	1.021
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	31	31	13
<b>Subtotal</b>	-	-	-	11.617	5.783	14.752	14.122	1.312	4.963	52.549	30.637
<b>Total</b>	575.356	151.800	172.500	137.156	37.061	21.745	23.741	15.438	25.817	1.160.614	1.145.593

(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

## E) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

Nível de Risco	Provisão %	Valor das Operações	31.12.2017		31.12.2016	
			Provisão	Valor das Operações	Provisão	Valor das Operações
AA	-	575.357	-	612.045	-	-
A	0,5	151.801	759	164.886	825	825
B	1,0	172.500	1.725	172.837	1.728	1.728
C	3,0	137.156	4.115	95.563	2.867	2.867
D	10,0	37.061	3.706	20.713	2.071	2.071
E	30,0	21.744	6.523	9.574	2.872	2.872
F	50,0	23.740	11.870	24.436	12.218	12.218
G	70,0	15.438	10.807	6.686	4.681	4.681
H	100,0	25.817	25.817	38.853	38.853	38.853
<b>Total</b>		<b>1.160.614</b>	<b>65.322</b>	<b>1.145.593</b>	<b>66.115</b>	<b>66.115</b>

## F) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Sem./2017	31.12.2017	31.12.2016
Saldo Inicial	51.964	66.115	69.589
Créditos baixados para prejuízo	(3.296)	(24.150)	(48.206)
Provisão constituída	16.654	23.357	44.732
<b>Saldo Final</b>	<b>65.322</b>	<b>65.322</b>	<b>66.115</b>

## G) Informações complementares

	2º Sem./2017	31.12.2017	31.12.2016
Créditos renegociados <sup>(a)</sup>	21.304	52.788	67.033
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	10.371	13.688	3.925

<sup>(a)</sup>Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

## 7 - IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

### A) Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	Custo líquido de Depreciação	
			31/12/2017	31/12/2016
Imóveis de Uso:				
- Terrenos	11.600	-	11.600	11.600
- Edificações	20.161	(825)	19.336	19.758
Outras Imobilizações de Uso:				
Móveis e Equipamentos	1.309	(632)	677	873
Sistema de Processamento de Dados	109	(40)	69	9
Sistema de Comunicação	152	(85)	67	87
Instalações	117	(50)	67	80
<b>Total em 31/12/2017</b>	<b>33.448</b>	<b>(1.632)</b>	<b>31.816</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31/12/2016</b>	<b>33.509</b>	<b>(1.102)</b>	<b>-</b>	<b>32.407</b>

### B) Intangível

	Custo	Amortização	Custo líquido de Amortização	
			31/12/2017	31/12/2016
Outros Ativos Intangíveis:				
- Software	5.142	(1.766)	3.376	3.618
<b>Total em 31/12/2017</b>	<b>5.142</b>	<b>(1.766)</b>	<b>3.376</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31/12/2016</b>	<b>5.142</b>	<b>(1.524)</b>	<b>-</b>	<b>3.618</b>

## 8 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

	31.12.2017				31.12.2016			
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	%	Total	%
BNDES	6.419	29.305	34.536	245.253	315.513	63,07	245.172	59,84
FINAME	2.628	11.626	12.245	67.229	93.728	18,74	114.424	27,93
FINEP	709	3.907	6.509	79.849	90.974	18,19	50.132	12,23
<b>Total</b>	<b>9.756</b>	<b>44.838</b>	<b>53.290</b>	<b>392.331</b>	<b>500.215</b>	<b>100,00</b>	<b>409.728</b>	<b>100,00</b>

## 9 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

### A) Sociais e estatutárias

	31.12.2017	31.12.2016
Juros sobre o capital próprio	19.068	13.372
Participação nos lucros	1.899	1.344
<b>Total</b>	<b>20.967</b>	<b>14.716</b>

### B) Fiscais e previdenciárias

	31.12.2017	31.12.2016
Impostos e contribuições sobre salários	2.289	2.600
Contribuição Social	860	7.033
Imposto de Renda	554	6.675
Impostos e contribuições diferidos	455	-
COFINS	383	419
PIS	62	68
Outros	51	63
<b>Total</b>	<b>4.654</b>	<b>16.858</b>

### C) Recursos para Destinação Específica - Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento<sup>(a)</sup>

	31.12.2017	31.12.2016
Programa Frota Nova Município	13.804	-
FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo	8.569	-
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	5.887	7.586
Programa Renova SP	1.772	2.311
<b>Total</b>	<b>30.032</b>	<b>9.897</b>

(a) Referem-se a recursos, transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo e pelo Ministério do Turismo, destinados a subsidiar os juros das parcelas adimplentes de operações de crédito das respectivas linhas de financiamento.

### D) Outras Obrigações – Diversas

	31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores	3.068	2.552
Provisões para despesas de pessoal	2.925	2.820
Provisões para despesas administrativas	1.166	1.135
Provisão para Passivos Contingentes	763	553
Credores diversos	151	135
Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações	68	69
<b>Total</b>	<b>8.141</b>	<b>7.264</b>

## 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### A) Capital social

O capital social de R\$ 1 bilhão está representado por 1.000.000.000 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

### B) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposto no artigo 35 do Estatuto Social da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício.

	31.12.2017	31.12.2016
Lucro Líquido	46.722	35.467
(-) Reserva Legal	(2.336)	(1.773)
<b>Base de Cálculo Ajustada</b>	<b>44.386</b>	<b>33.694</b>
Juros sobre o capital próprio	27.131	20.004
Reserva de lucros	17.255	13.690

Para elaboração da Demonstração de Resultado, os juros sobre o capital são demonstrados posteriormente à apuração do lucro líquido, consoante o artigo 3º da Circular BACEN nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997. Em 31 de dezembro os juros sobre capital próprio excedem aos 25% de dividendos mínimos obrigatórios.

### C) Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

### D) Reserva de lucros

O saldo remanescente do resultado do período é destinado para reserva de lucros, cuja destinação será definida em Assembleia Geral Ordinária.

### E) Lucro por ação

	2º Sem./2017	31.12.2017	31.12.2016
Lucro líquido do período	15.159	46.722	35.467
Número de ações	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
<b>Lucro por ação (R\$)</b>	<b>0,01516</b>	<b>0,04672</b>	<b>0,03547</b>

## 11 - DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

### A) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Sem./2017	31.12.2017	31.12.2016
Administração de Fundos de Desenvolvimento	1.893	3.527	5.828

**B) Despesas de pessoal**

	2º Semestre / 2017	31.12.2017	31.12.2016
Proventos	(9.368)	(18.648)	(19.023)
Encargos sociais	(3.711)	(7.392)	(7.344)
Benefícios	(3.156)	(6.123)	(5.496)
Honorários de diretores e conselheiros	(1.431)	(2.831)	(2.888)
Estagiários	(159)	(336)	(349)
Treinamento	(184)	(330)	(450)
<b>Total</b>	<b>(18.009)</b>	<b>(35.660)</b>	<b>(35.550)</b>

**C) Outras despesas administrativas**

	2º Semestre / 2017	31.12.2017	31.12.2016
Processamentos de dados	(1.568)	(3.093)	(2.448)
Propaganda e publicidade <sup>(a)</sup>	(938)	(3.033)	(5.693)
Serviços técnicos especializados	(1.476)	(2.766)	(2.490)
Patrocínios e relações públicas <sup>(a)</sup>	(886)	(1.739)	(2.189)
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.)	(495)	(1.137)	(1.149)
Transporte	(352)	(697)	(703)
Depreciação	(313)	(672)	(579)
Manutenção e conservação de bens	(301)	(646)	(574)
Serviços de terceiros	(279)	(528)	(501)
Comunicações	(167)	(300)	(289)
Publicações	(142)	(291)	(303)
Vigilância e segurança	(149)	(285)	(242)
Amortização	(121)	(242)	(999)
Água, energia e gás	(106)	(219)	(233)
Viagem no país	(122)	(219)	(215)
Contribuições filantrópicas	(180)	(180)	(775)
Serviços do sistema financeiro	(91)	(170)	(100)
Materiais de Escritório	(43)	(94)	(165)
Viagens no exterior	(55)	(55)	-
Seguros	(21)	(41)	(83)
<b>Total</b>	<b>(7.805)</b>	<b>(16.407)</b>	<b>(19.730)</b>

(a) Os gastos com Propaganda e Publicidade incluem realização de pesquisas, produção de materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing para divulgação dos produtos oferecidos no mercado com foco na geração de negócios junto ao público alvo, além de divulgar a forma de atuação da Instituição. Já o item Patrocínios e Relações Públicas refere-se substancialmente a gastos relativos à participação em feiras e eventos de negócios, realizados em diversos locais do estado de São Paulo.

## D) Despesas tributárias

	2º Semestre /2017	31.12.2017	31.12.2016
Contribuição ao COFINS	(2.227)	(5.294)	(6.423)
Contribuição ao PIS	(362)	(860)	(1.044)
ISSQN	(172)	(295)	(259)
ITBI	(164)	(164)	-
Outras	(5)	(9)	(77)
<b>Total</b>	<b>(2.930)</b>	<b>(6.622)</b>	<b>(7.803)</b>

## E) Outras receitas operacionais

	2º Semestre /2017	31.12.2017	31.12.2016
Recuperação de Encargos e Despesas	279	553	2.785
Reversão de Provisões Operacionais	111	299	138
Outras	82	88	27
<b>Total</b>	<b>472</b>	<b>940</b>	<b>2.950</b>

## 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## A) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2º Sem./2017		31.12.2017		31.12.2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	20.065	20.065	66.326	66.326	57.194	57.194
Participação dos empregados	(1.724)	(1.724)	(3.027)	(3.027)	(2.459)	(2.459)
Resultado após a participação dos empregados	18.341	18.341	63.299	63.299	54.735	54.735
<b>Encargo total do imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%.</b>	<b>(4.585)</b>	<b>(3.668)</b>	<b>(15.825)</b>	<b>(12.660)</b>	<b>(13.684)</b>	<b>(10.947)</b>
Ajustes para Cálculo de IR e CSLL:						
<b>Adições</b>	<b>(5.133)</b>	<b>(4.037)</b>	<b>(7.550)</b>	<b>(5.903)</b>	<b>(13.318)</b>	<b>(10.530)</b>
<b>Exclusões</b>	<b>4.400</b>	<b>3.510</b>	<b>12.195</b>	<b>9.737</b>	<b>8.462</b>	<b>6.750</b>
Incentivos fiscais	186	-	192	-	785	-
Prorrogação de licença maternidade	92	-	125	-	30	-
Juros sobre capital próprio	3.392	2.713	6.783	5.426	5.001	4.001
<b>Imposto de Renda e CSLL</b>	<b>(1.648)</b>	<b>(1.482)</b>	<b>(4.080)</b>	<b>(3.400)</b>	<b>(12.724)</b>	<b>(10.726)</b>
Ativo fiscal diferido	705	(302)	(4.207)	(4.435)	3.746	437
Passivo fiscal diferido	(284)	(171)	(284)	(171)	-	-
<b>Despesa de IR e CSLL</b>	<b>(1.227)</b>	<b>(1.955)</b>	<b>(8.571)</b>	<b>(8.006)</b>	<b>(8.978)</b>	<b>(10.289)</b>

**B) Créditos e Obrigações Tributárias Diferidas**

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram constituídos sobre diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se alíquota de 40%, exceto as provisões com despesas administrativas aplicadas a 45%, conforme apresentado a seguir:

Diferenças Temporárias	31.12.2016	Baixa	Constituição	31.12.2017
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	48.256	17.215	9.490	40.531
Provisões para despesas administrativas	510	477	490	523
Provisões para desvalorização de títulos livres	1.962	1.852	811	921
Provisões para passivos contingentes	211	44	128	295
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	-	-	27	27
<b>Total dos créditos tributários diferidos</b>	<b>50.939</b>	<b>19.588</b>	<b>10.946</b>	<b>42.297</b>
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	-	-	455	455
<b>Total das obrigações tributárias diferidas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>455</b>	<b>455</b>

As baixas das provisões para despesas administrativas foram efetuadas mediante o pagamento dessas despesas ao longo do exercício, enquanto as baixas relativas à provisão para créditos de liquidação duvidosa foram realizadas em decorrência de prejuízos, de acordo com os prazos definidos na legislação vigente.

A expectativa de realização dos créditos, relativos às despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Circular Bacen nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2019	2020	2021	2022	Total longo prazo	Total Curto e longo prazo
Valor nominal	20.670	9.534	11.248	780	65	21.627	42.297
Valor presente	19.347	8.267	8.794	578	44	17.683	37.030

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela expectativa da taxa SELIC do período.

Neste exercício, não foram gerados créditos tributários não ativados.

## 13 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

Durante o exercício de 2016, foi adquirido o imóvel onde se localiza a sede da Instituição, que pertencia à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, pelo valor de R\$ 30.749, conforme laudo de avaliação elaborado pela Procuradoria Geral do Estado.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	2º Semestre / 2017	31.12.2017	31.12.2016
<b>Benefícios de Curto Prazo</b>	<b>1.656</b>	<b>3.276</b>	<b>3.344</b>
Diretoria	909	1.827	1.794
Conselho de Administração	393	787	853
Comitê de Auditoria	223	445	445
Conselho Fiscal	131	217	252
<b>Outros Benefícios de Longo Prazo</b>	<b>161</b>	<b>322</b>	<b>322</b>
Diretoria	161	322	322
<b>Total</b>	<b>1.817</b>	<b>3.598</b>	<b>3.666</b>

## 14 - CONTINGÊNCIAS

Natureza	31.12.2016	Baixa	Constituição	31.12.2017
Trabalhista	497	(109)	150	538
Cível	56	(1)	170	225
<b>Total</b>	<b>553</b>	<b>(110)</b>	<b>320</b>	<b>763</b>

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

Não há contingências passivas classificadas como possíveis que requeiram divulgação em notas explicativas.

## 15 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

Na Desenvolve SP, o gerenciamento de riscos e de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), unidade ligada diretamente à Presidência.

Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, além do gerenciamento de capital, e a outra responsável pelas normas e pelos controles internos e *Compliance*.

O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital está disponível ao público na sede da instituição.

## 16 - ESTRUTURA DE SISTEMAS

Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados e validados através de modelos proprietários.

## 17 - POLÍTICAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

As Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital são revisadas anualmente e submetidas para a aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração. Nelas estão definidas a estrutura, as metodologias e as responsabilidades que devem nortear o gerenciamento de riscos e de capital.

### A) Risco Operacional

O MNP – Controles Internos e *Compliance*, aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, contém a metodologia de mapeamento de riscos das atividades da instituição, utilizada para a construção de matrizes de risco e consequente implementação de medidas e planos de ação de melhoria.

O acompanhamento sistemático do cumprimento de normativos expedidos pelos órgãos reguladores complementa as ações de controles internos e contribui para a mitigação do risco operacional.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado através do cálculo da parcela  $RWA_{OPAD}$ , conforme determina a Circular nº 3.640, de 04/03/2013, do Banco Central do Brasil (Bacen).

Para esse cálculo, a Desenvolve SP optou pela metodologia da **Abordagem do Indicador Básico**.

### B) Risco de Mercado

O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação ( $R_{BAN}$ ) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia.

Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de acordo com normativos divulgados pelo Bacen.

### C) Risco de Crédito

A Política de Gerenciamento do Risco de Crédito instituiu padrões e responsabilidades no âmbito do gerenciamento desse risco. Essa Política segregava a gestão do crédito da gestão do risco de crédito.

A gestão do crédito é realizada pela Superintendência de Crédito (Sucre) e está definida como sendo o planejamento, a implementação e a administração dos princípios de crédito.

Essa gestão inclui os procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, realizados pela Superintendência Jurídica (Sujur), e a avaliação do grau de suficiência de garantias de recebíveis, realizada pela Superintendência de Tecnologia da Informação (Sutin).

A gestão do risco de crédito é a modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, realizada pela Suric.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela  $RWA_{CPAD}$ , cujo cálculo é efetuado de acordo com a Circular Bacen nº 3.644/2013.

### D) Risco de Liquidez

Além da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Contingência de Liquidez, que determina as ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

### E) Gerenciamento de Capital

A Política de Gerenciamento de Capital instituiu padrões adequados a fim de avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita.

O Plano de Capital, parte integrante dessa Política, abrange o período de três anos, sendo consistente com o planejamento estratégico da instituição e determinando medidas de contingência em caso de estresse de capital.

## 18 - POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DO RISCO SOCIOAMBIENTAL

A Resolução nº 4.327, de 25/04/2014, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), prevê, entre outros, que a PRSA deve estabelecer diretrizes para o gerenciamento do risco socioambiental.

Nesse sentido, a Desenvolve SP implementou a Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental no início de julho de 2017.

Essa Política definiu diretrizes e procedimentos para o gerenciamento do risco socioambiental nas operações realizadas pela Desenvolve SP, garantindo a promoção do desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo. Também definiu critérios socioambientais para a avaliação de garantias e contratações administrativas realizadas pela Desenvolve SP.

## 19 - LIMITES OPERACIONAIS

O Conselho Monetário Nacional, através do Bacen, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, no âmbito de Basileia III.

O cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

A Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela abaixo:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL – POSIÇÃO EM 31/12/2017	VALOR (R\$ mil)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	1.057.470
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA COMPARAÇÃO COM O RWA (PR <sub>RWA</sub> )	707.470
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	707.470
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	0
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR <sub>I</sub> )	1.057.470
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR <sub>II</sub> )	0
<b>CAPITAL PRINCIPAL</b>	<b>1.057.470</b>
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	350.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	32.499
PARCELA RWA <sub>CPAD</sub> - requerimento de capital ref. ao risco de crédito - abordagem padronizada	1.182.225
PARCELA RWA <sub>MPAD</sub> - requerimento de capital ref. ao risco de mercado - abordagem padronizada	0
PARCELA RWA <sub>OPAD</sub> - requerimento de capital ref. ao risco operacional - abordagem padronizada	252.416
PARCELA R <sub>BAN</sub> - risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação	2.852
<b>RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA<sub>CPAD</sub> + RWA<sub>MPAD</sub> + RWA<sub>OPAD</sub>)</b>	<b>1.434.640</b>
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	321.236
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO (1,25%)	17.933
MARGEM SOBRE O ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL	556.833
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO A R <sub>BAN</sub> E O ACP	553.981
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo = 9,25%)	49,31%
ÍNDICE DE BASILEIA AMPLO - inclui R <sub>BAN</sub> (mínimo = 9,25%)	48,28%
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	49,31%
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	49,31%

# DESENVOLVE SP

Agência de Desenvolvimento Paulista



[www.desenvolvesp.com.br](http://www.desenvolvesp.com.br)

 /agenciadesenvolvesp

 /Desenvolve\_SP

 /agenciadesenvolvesp